





Novos Cadernos NAEA

v. 26, n. 3 • set-dez. 2023 • ISSN 1516-6481/2179-7536





O EMPREENDEDORISMO E OS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO FISCAL NO ESTADO DO PARANÁ



ENTREPRENEURSHIP AND DEVELOPMENT AND FISCAL MANAGEMENT INDICATORS IN THE STATE OF PARANÁ

Renan Gimenez Martins  

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS, Brasil

Luciana Virginia Mario Bernardo  

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS, Brasil

Maycon Jorge Ulisses Saraiva Farinha  

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS, Brasil

RESUMO

Ao longo da história do estado do Paraná, percebe-se investimentos governamentais para o fomento de atividades que possam diversificar sua economia. Mediante a essa característica, este estudo analisou os índices de empreendedorismo dos municípios do estado do Paraná e relacionou essas informações com indicadores de desenvolvimento e gestão fiscal. Trata-se de uma pesquisa descritiva e de natureza quantitativa, de modo que foram adotados como população os 399 municípios do estado. Este estudo utilizou os indicadores Índice Firjan de Desenvolvimento e de Gestão Fiscal e informações disponibilizadas pela Junta Comercial do estado de referência. Os resultados identificados mostram que nos últimos anos houve maior quantidade de abertura de empresas se comparado ao encerramento. Além disso, as regiões que possuem maior variação de abertura de empresa estão nos municípios com maior quantidade de população.

Palavras-chave: desenvolvimento local; investimentos públicos e privados; crescimento econômico; empreendedorismo.

ABSTRACT

Throughout the history of the state of Paraná, government investments can be seen to promote activities that can diversify its economy. Based on this characteristic, this study analyzed the entrepreneurship indices of municipalities in the state of Paraná and compared this information with development and fiscal management indicators. The research is descriptive and quantitative in nature, in which the 399 municipalities in the state were adopted as the population. The study used the Firjan Development and Fiscal Management Index indicators and information made available by the Commercial Board of the reference state. The identified results show that in recent years there has been a greater number of companies opening compared to closures. Furthermore, the regions that have the greatest variation in business openings are in municipalities with the largest population.

Keywords: local development; public and private investments; economic growth; entrepreneurship.

1 INTRODUÇÃO

O tema empreendedorismo ainda é um assunto recente no meio acadêmico, iniciando-se como campo de pesquisa no Brasil, a partir da década de 1990 (Bacelar; Teixeira, 2016). Porém, observa-se que práticas empreendedoras, no país, se mantiveram ao longo dos anos, sendo esta uma importante medida para a geração de renda (GEM, 2020). Empreendedores individuais e pequenas empresas são essenciais para o desenvolvimento local e consequentemente para a economia nacional, pois podem contribuir com a formação do Produto Interno Bruto-PIB e com a criação e manutenção de empregos formais (SEBRAE, 2014; Chaves; Bertassi; Silva, 2019). Compreende-se o emprego formal como aquele em que os empregados possuem direitos assegurados pela legislação trabalhista.

Além dessas características, observa-se que os empreendedores podem realizar processos inovativos e, como é sabido, a inovação pode ser considerada uma propulsora para o desenvolvimento da localidade (Albagli, 1999). Isso porque os investimentos realizados nos processos inovativos podem resultar em novos produtos e serviços, que poderão substituir aqueles existentes no mercado, os quais se tornaram obsoletos ou, ainda, podem criar novas necessidades aos consumidores., impulsionando, assim, o desenvolvimento econômico e provocando a competitividade na economia (Schumpeter, 1997).

Dessa forma, investimentos públicos e privados, quando associados em prol do empreendedorismo, podem trazer diferentes contribuições para a localidade, em relação à geração de empregos e renda. Assim, gestores públicos têm estimulado a criação de novos empreendimentos, tendo em vista os benefícios socioeconômicos que estes trazem (Bruton; Ahlstrom; Li, 2010). Tal comportamento tem sido observado em diferentes partes do mundo e influenciado a criação de políticas públicas que incentivem o empreendedorismo, melhorem o ambiente econômico e proporcionem formação continuada para os indivíduos, visando, assim, ampliar o número de empreendedores, bem como os resultados socioeconômicos promovidos por esta prática (Román; Congregado; Millán, 2013).

A melhoria desses resultados pode influenciar o desenvolvimento econômico de uma localidade. Considera-se, desse modo, que este desenvolvimento seja um fenômeno histórico o qual refere-se à acumulação

de capital e agregação de elementos técnicos que possam aumentar a produtividade e a qualidade de vida da população (Bresser-Pereira, 2008). Recordar-se que o desenvolvimento como processo endógeno é capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população, resultando em uma transformação econômica e social. Para ser um processo consistente e sustentável, este desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais, a viabilidade e a competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais (Buarque, 1999).

Neste contexto, as parcerias desenvolvidas pelos agentes públicos e privados podem contribuir com o desenvolvimento, a partir da existência de ações descentralizadas e coletivas que estimulem o dinamismo e a longevidade do sistema produtivo local (Amaral Filho, 2001; Rezende; Fernandes; Silva, 2007). Dessa forma, os agentes públicos podem incentivar a participação dos agentes privados em uma localidade. Para que o empreendedorismo se desenvolva em uma região, devem existir estímulos por parte do governo, de modo a atrair a atuação da iniciativa privada. Dentre estes estímulos, podem existir ações de promoção de crédito, formação inicial e continuada de empreendedores e incentivos às incubadoras. Tais ações visam ao fortalecimento do empreendedorismo na região (Santos; Leite; Fonseca, 2014).

Assim, o objetivo deste estudo é analisar os índices de empreendedorismo dos municípios do estado do Paraná e relacionar essas informações com indicadores de desenvolvimento e gestão fiscal. Para isso, foram utilizados dados secundários, disponibilizados pela Junta Comercial do estado de análise e pela FIRJAN. Também, a escolha do estado foi feita devido à diversidade de práticas econômicas, bem como a disponibilidade de informações existentes neste.

2 METODOLOGIA

A pesquisa é descritiva e de natureza quantitativa, na qual foram adotados, como população, os 399 municípios do estado.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

Denota-se que a economia paranaense foi predominada, até a década de 1940, por atividades relacionadas ao setor primário (Ahuaji Filho;

Raiher, 2013). Nas duas décadas seguintes, desenvolveram-se iniciativas industriais em paralelo à continuidade das práticas agrícolas, estimulando o desenvolvimento dos setores secundários e terciários. As atividades agrícolas estavam direcionadas, predominantemente, à produção de café, contudo, devido às condições desfavoráveis (econômicas e climáticas), houve a necessidade de reorganização produtiva (Ribeiro; Ribeiro, 2009).

Mediante a esse contexto, foram investidos recursos no desenvolvimento da economia para além do setor primário, a partir de algumas iniciativas que influenciaram o processo de diversificação econômica, orientado pelas ações do poder público e de seus estímulos financeiros para a criação de novas empresas (Trintin, 2006). Isso, por meio do desenvolvimento do Projeto de Desenvolvimento Industrial do Estado, vinculado à Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR) e da criação de empresas estatais, com o intuito de atuar em questões estratégicas para o desenvolvimento do estado (Oliveira, 2001).

Com o passar dos anos, deu-se continuidade aos investimentos para que a economia do estado se tornasse mais diversificada. Tal movimento ocorreu a partir de incentivos econômicos no que diz respeito à modernização agrícola, ao desenvolvimento das agroindustriais, à produção de bens de capital e intermediários e ao setor automobilístico e metalmeccânico, ampliando, desse modo, a complexidade tecnológica vinculada ao processo produtivo. Além disso, houve o investimento para o desenvolvimento das atividades econômicas a partir do perfil das regiões paranaenses (Migliorini, 2006). O estado possui algumas ações em prol da criação de novos negócios, na atualidade, sendo uma delas caracterizada pelas agências de fomento, as quais possibilitam acesso a microcrédito, com condições facilitadas a micro e pequenos empresários (Fomento Paraná, 2018).

Na atualidade, o estado do Paraná teve uma população estimada, para 2021, de 11.597.484 habitantes (IBGE, 2022), distribuídos em suas mesorregiões (Figura 1).

Figura 1 – Mesorregiões Paranaense



Fonte: IPARDES (2019).

2.2 VARIÁVEIS UTILIZADAS

Para a realização do estudo, adotou-se a Taxa de Empreendedorismo Bruto (TEB), sendo esta considerada o número de negócios criados em um ano, a cada 1.000 habitantes (Kasseeah, 2016; Dvouletý, 2017; Rocha *et al.* 2020). Neste formato, há a possibilidade de comparar municípios que possuem diversidade no quantitativo populacional. Ademais, acredita-se que exista relação entre o crescimento populacional e a criação de novos negócios (Canever *et al.*, 2010). Para obtenção desses dados, consultou-se o site da Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR) e considerou-se a estimativa populacional para 2021 (IBGE, 2022). Ocorre que a TEB foi calculada para o ano de 2021, tendo em vista a disponibilidade de informações para os municípios.

A segunda variável utilizada refere-se ao Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Trata-se de um indicador disponibilizado pela FIRJAN, o qual leva em consideração três características referentes aos municípios brasileiros, quais sejam: (i) - Emprego e renda, (ii) – Educação e (iii) – Saúde. A interpretação desse índice refere-se a quatro categorias, que estão dentro do intervalo $[0;1]$, sendo elas: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto desenvolvimento (0,8 a 1).

Também, utilizou-se como variáveis o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) e o Índice Firjan de Gestão Fiscal-Investimento (IFGF-I). O IFGF classifica os municípios brasileiros a partir de critérios que caracterizem a gestão fiscal. O IFGF-I, por sua vez, é um subindicador do IFGF e identifica a parcela da receita total dos municípios utilizada com a finalidade de investimentos públicos realizados na localidade pelas prefeituras. Este indicador utiliza a mesma classificação das classes do IFDM, sendo ela: crítica (de 0 a 0,4), dificuldade (0,4 a 0,6), boa gestão (de 0,6 a 0,8) e excelência (0,8 a 1). Nesse sentido, foram utilizados os dados mais recentes para os indicadores, ou seja, IFDM – 2016 e IFGF – 2021. Considera-se, assim, que as diferenças nos anos dos dados coletados referem-se à disponibilidade de informações.

2.3 TRATAMENTO DOS DADOS

Para este trabalho, utilizou-se a estatística descritiva na identificação do saldo de empresas criadas e encerradas entre 2018 e 2021. Sendo assim, no estado de análise, classificou-se por mesorregião, sendo elas i-Centro Ocidental Paranaense, ii-Centro-Sul Paranaense, iii-Metropolitana de Curitiba, iv-Noroeste Paranaense, v-Norte Central Paranaense, vi-Norte Pioneiro Paranaense, vii-Oeste do Paraná, viii-Sudoeste Paranaense, ix-Sudeste Paranaense e x-Centro Oriental Paranaense. Além disso, foi classificado o IFDM e IFGF, por número de habitantes (Medeiros; Santos; Andre, 2019), caracterizando estes indicadores de desenvolvimento e gestão fiscal, respectivamente, conforme a população municipal (estimativa para 2021).

A população dos municípios paranaenses foi dividida em quatro agrupamentos (Pop. 1 a Pop. 4). Para tanto, no grupo Pop. 1, considerou-se os municípios com menor número de habitantes, e, no agrupamento Pop. 4, por sua vez, os municípios com maior população. Depois da definição dos agrupamentos, organizou-se as classificações do IFDM e o IFGF, conforme tal definição.

Após esses procedimentos, seguiram-se com as estimativas de correlação de Pearson entre as variáveis IFDM, IFGF-I e TEB para 2021. A interpretação da correlação segue o sugerido por Cohen (1988), conforme descrita no Tabela 1.

Tabela 1 – Interpretação dos possíveis resultados do índice de correlação

Coefficiente de Correlação	Correlação
[0,50; 1]	Forte Positiva
[0,30; 0,50[Média Positiva
[0,10; 0,30[Fraca Positiva
0	Não há correlação
[-0,50; -1]	Forte Negativa
[-0,30; -0,50[Média Negativa
[-0,10; -0,30[Fraca Negativa

Fonte: Cohen (1988).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

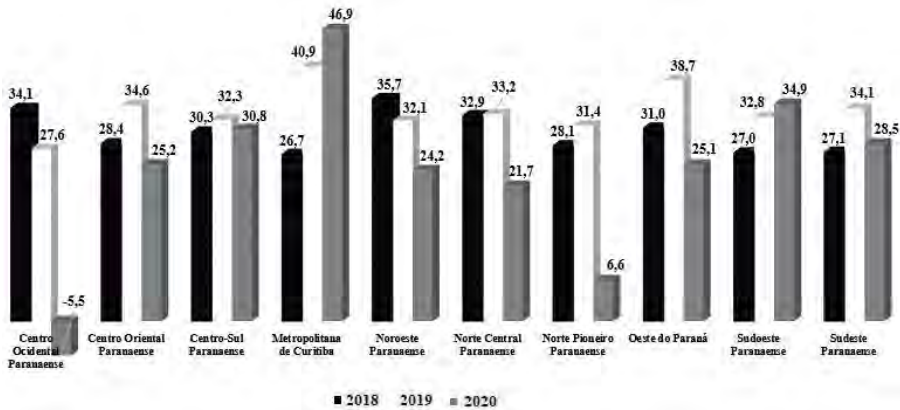
Os resultados foram organizados em subseções, contemplando as etapas descritas.

3.1 VARIAÇÃO PERCENTUAL DA ABERTURA E FECHAMENTO DE EMPRESAS NO ESTADO DO PARANÁ

Primeiramente, fez-se o levantamento dos dados de abertura e encerramento das empresas no triênio 2018-2020, por mesorregião paranaense, e apresentou-se a diferença percentual entre ambas as informações (Figura 2). Pode ser identificada, na variação percentual apresentada, todas as mesorregiões, com exceção da mesorregião Centro Ocidental Paranaense, em 2020, que resultaram em valores positivos. Em 2018, a mesorregião Noroeste Paranaense teve a maior variação percentual e, em 2019 e 2020, destacou-se a mesorregião Metropolitana de Curitiba.

Além disso, considerando o período pandêmico, em 2019, as mesorregiões Centro Ocidental Paranaense e Noroeste Paranaense tiveram redução percentual, se comparado ao ano anterior, enquanto as demais aumentaram a diferença percentual. No ano de 2020, com exceção às mesorregiões Metropolitana de Curitiba e Sudoeste Paranaense, todas as mesorregiões tiveram redução na diferença percentual. Apenas a região Centro Ocidental Paranaense apresentou resultado negativo, indicando um valor maior de fechamento das empresas, se comparado à abertura no ano.

Figura 2 – Variação percentual de abertura e fechamento de empresas no estado do Paraná, nos anos de 2018 a 2020



Fonte: Elaborado a partir de Jucepar (2022).

Cabe considerar que a partir de 2019 o Brasil, assim como outros países, passou pela pandemia do coronavírus, reconhecido como um período de mudanças e implicações sanitárias que influenciaram a dinâmica das empresas, devido às restrições de deslocamento populacional. A circulação de pessoas passou a ser restritiva, e as atividades consideradas não essenciais, em alguns períodos, não foram realizadas de forma presencial (Alvarez; Argente; Lippi, 2020). Em momentos como esse, cabe a criação de novas configurações para as organizações e seus funcionamentos para o atendimento das necessidades dos clientes, o que significa a implementação de mudanças nas empresas (Pereira *et al.*, 2017). Diante dessa característica, as organizações, independentemente do tamanho, precisaram se reinventar e adaptar-se à nova realidade, para manter-se ativas no mercado (Rezende; Marcelino; Miyaji, 2020).

Além disso, pelos números registrados na Jucepar (2022), mesmo no período de pandemia, houve, ainda, o processo empreendedor no estado, sendo este maior que o encerramento das empresas no período (com exceção a mesorregião Centro Ocidental), tendo em vista a diferença percentual positiva. É claro que não foram consideradas, em tais resultados, as informações sobre as atividades informais. Ademais, esse empreendedorismo pode ter sido influenciado pelo momento de crise vivenciado no país, o qual pode ser denominado como empreendedorismo por necessidade, que ocorre quando há pouca ou nenhuma oferta de trabalho formal. Tal empreendedorismo tem por objetivo garantir meios para que a pessoa preserve sua sobrevivência e de seus familiares (SEBRAE, 2020).

De todo modo, independentemente de qual seja o fator motivador para que o empreendedorismo ocorra, destaca-se sua importância como um processo inovativo, de modo que a inserção de novos produtos e serviços no mercado podem iniciar uma mudança econômica, tendo em vista que essas ofertas criam necessidades aos consumidores, substituindo, assim, antigos hábitos de consumo. A substituição ou criação de necessidades de consumo é intitulada como destruição criadora e pode influenciar a continuidade das empresas no mercado, bem como a oferta de produtos e serviços (Schumpeter, 1997). Além disso, pode motivar o crescimento e o desenvolvimento econômico (Nogami; Medeiros; Faia, 2014).

3.2 CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES FIRJAN POR GRUPO POPULACIONAL

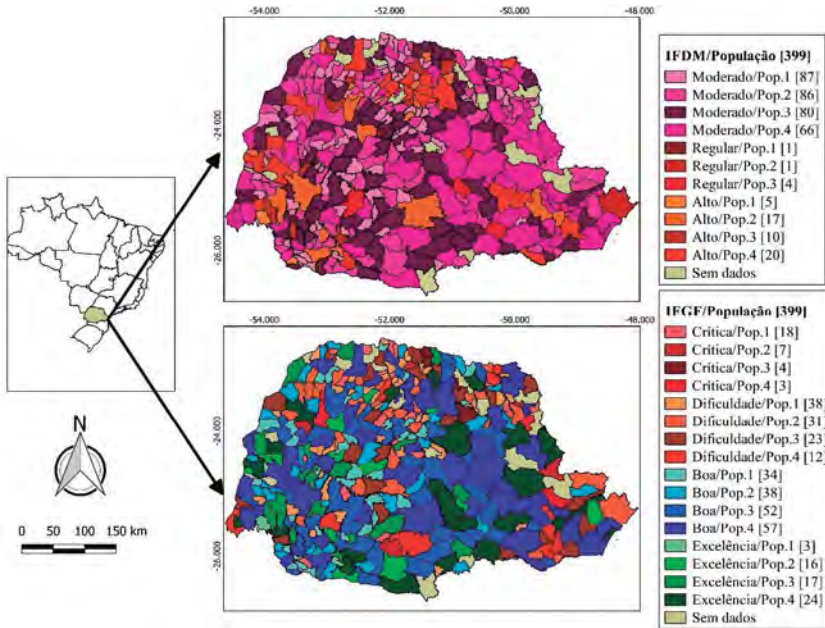
Com relação aos indicadores da FIRJAN por município e agrupamento populacional, o estado do Paraná possui 6 municípios classificados em IFDM regular. Pode-se observar que nenhum deles foi agrupado ao maior aglomerado populacional (Pop. 4). Além disso, a maior parte dos municípios do estado do Paraná está classificada em nível moderado (319 municípios). Destes, i-87 municípios agrupados em Pop. 1; (21,5%), ii-86 municípios incluídos em Pop. 2 (21,5%); iii-80 municípios pertencentes a Pop. 3 (20%); e iv-66 municípios agrupados em Pop. 4 (16,5%) (Figura 3).

Com relação aos municípios com IFDM regular, estes devem ser observados com maior atenção pelos gestores públicos, uma vez que a classificação é uma das menores dentro do indicador (FIRJAN, 2023). Denota-se, ainda, que os municípios classificados como moderado no IFDM e com menores populações (Pop. 1 e Pop. 2) representam juntos 43,3% do total dos municípios. Além destes, há 52 municípios que estão classificados com os indicadores mais altos de IFDM, em que, aproximadamente 52%, ou seja, 30 municípios, estão agrupados nos grupos com maior quantia populacional do estado (Pop. 3 e Pop. 4).

A respeito do IFGE, observa-se que todas as classificações do indicador (do crítico a excelência), bem como os grupos populacionais criados neste estudo (Pop. 1 a 4), possuem municípios inseridos. No nível crítico e em dificuldade do IFGE estão classificados 136 municípios (34% dos municípios do estado), dos quais 69% estão relacionados ao primeiro e segundo agrupamento com menor população (Pop. 1 e Pop. 2), indicando as dificuldades, que os pequenos municípios possuem, na realização da gestão.

Por outro lado, 241 municípios (60% dos municípios do estado) foram classificados em boa e excelente gestão. Deste conjunto de municípios, 62% estão vinculados aos agrupamentos com maior contingente populacional do estado (Pop 3 e Pop 4).

Figura 3 – Classificação do IFDM e IFGF por agrupamento populacional



Fonte: Elaborado a partir dos indicadores IFDM (2016), IFGF (2021) e IBGE (2021).

Cabe considerar que o Brasil, devido às suas características geográficas, possui grandes assimetrias regionais que implicam a necessidade de ações governamentais efetivas relacionadas às questões econômicas e sociais, via políticas públicas (Höfling, 2001). O estado do Paraná possui esta mesma condição, tendo em vista a existência de 399 municípios que possuem regiões com características diversas, as quais possibilitaram no passado, como observado por Migliorini (2006), investimento governamental, para o desenvolvimento de potencialidades regionais. Além disso, o uso de IFDM, como diagnóstico do desenvolvimento municipal, pode auxiliar no planejamento regional, tendo em vista que abrange três áreas do desenvolvimento, Emprego e Renda, Educação e Saúde (FIRJAN, 2023) e, ainda, confiabilidade, por estar associado a fontes oficiais (Oliveira *et al.*, 2014).

Além disso, as características comuns aos municípios em relação à população e ao IFDM, bem como às potencialidades econômicas, podem ser utilizadas como critérios para a criação de regiões no estado, de modo que

possam ser estabelecidas parcerias público/privada para que sejam planejadas e executadas ações coletivas direcionadas à melhoria do desenvolvimento municipal e regional. A identificação das potencialidades desses municípios pode favorecer o desenvolvimento de atividades econômicas que poderão auxiliar no processo de empreendedorismo da população local. Cabe, ainda, considerar que os gestores públicos devem cuidar da eficiência da gestão fiscal realizada, independentemente do tamanho populacional do município. Para Souza (2005), por mais que os gestores municipais estejam sob o mesmo conjunto de normas legais, a capacidade de criar receitas próprias e como os recursos são utilizados é amplamente diferenciada entre os municípios.

A Gestão Fiscal e o Desenvolvimento dos municípios estão associados, quando se compreende que o sistema tributário bem gerido, pode criar condições financeiras para custeio das políticas públicas. Estas políticas públicas tendem a gerar qualidade de vida para as pessoas, ou seja, os recursos são aplicados de forma a atender as necessidades da população. Desse modo, as características dos ciclos econômicos, do sistema tributário e da gestão fiscal podem influenciar em qual medida o financiamento de políticas públicas ocorrerá e, conseqüentemente, sua influência sobre o bem-estar social (Loureiro; Abrucio, 2004).

Da mesma maneira, a relação entre a Gestão Fiscal e o Desenvolvimento podem favorecer a implementação de empresas e o processo de empreendedorismo, devido à qualidade da infraestrutura existente no local, os incentivos fiscais disponibilizados e, ainda, a agilidade nos procedimentos e autorizações para funcionamento das organizações que gerarão receita e renda. Contudo, Oliveira e Piffer (2018) observam que pequenos municípios têm dificuldades em gerar receitas próprias, tendendo a depender das transferências oriundas dos governos estaduais e federal, exigindo que as práticas adotadas para a gestão dos recursos sejam ainda melhores.

3.3 CORRELAÇÃO ENTRE INDICADORES DE EMPREENDEDORISMO, GESTÃO E DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Foram também identificadas as correlações referentes às variáveis TEB, IFDM, IFGF e IFGF-I (Tabela 2). Pode-se observar correlações estatisticamente significativas, as quais são consideradas correlações médias positivas, segundo os critérios de Cohen (1988), para os municípios com informações disponíveis, a TEB com o IFDM e IFGF.

Tabela 2 – Correlação entre TEB, IFGF-I, IFDM e IFGF dos municípios paranaenses

	TEB	IFGF-I	IFDM	IFGF
Correlação de Pearson TEB	1,000	-,158**	,398**	,394**
	.	,002	,000	,000
	377	377	377	377

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* . A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Elaborado a partir dos dados disponíveis na Jucepar (2022) e FIRJAN (2022a, 2022b).

Este resultado corrobora com o estudo desenvolvido por Rocha *et al.* (2020). Os autores investigaram os municípios do Estado de São Paulo, em que se identificou correlação positiva entre o empreendedorismo e o desenvolvimento municipal. Para Félix e Farah Júnior (2013), no estado do Paraná, o empreendedorismo está fortemente ligado ao desenvolvimento das regiões. Ainda, para esses autores, os municípios paranaenses que incentivam o empreendedorismo possuem maiores possibilidades de se desenvolverem social e economicamente.

Considera-se que existem ações públicas capazes de incentivar o empreendedorismo, como: (i) reforma tributária com estruturas mais simplificadas, o Simples Nacional demonstra ser um passo positivo para o alcance desse objetivo; (ii) simplificação de trâmites burocráticos, para a redução do tempo de espera de atuação, uma vez que, no Brasil, a abertura de uma empresa demanda 120 dias, em média, enquanto a média para países desenvolvidos é de 7 dias para abertura e 15 dias para encerramento; (iii) instituição de um espaço de serviços, um lugar onde todos os serviços prestados pelo governo possam ser centralizados (Junta Comercial, Receita Federal, Prefeituras Municipais, INSS etc.). A medida poderia simplificar a organização das empresas quanto às suas dinâmicas em relação às obrigações com o governo; (iv) aumento de acesso ao crédito; e (v) inclusão do empreendedorismo na educação municipal e estadual, entre outras ações que possam atender a características específicas dos setores da economia e as características locais (Grin *et al.*, 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar o índice de empreendedorismo dos municípios do estado do Paraná e relacionar essas informações com indicadores de desenvolvimento e gestão fiscal. Para isso, foram levantadas diferentes informações referentes à abertura e ao encerramento de empresas, por mesorregião do estado. Denota-se que no Estado do Paraná, no período analisado, especificamente o ano de 2019 mais empresas foram abertas e encerradas, podendo este ser um reflexo da pandemia. Identificou-se, também, que o maior volume de aberturas e encerramento de empresas está localizado na Mesorregião Metropolitana de Curitiba. Além disso, a diferença entre esta mesorregião e as demais, em quantitativo de aberturas e encerramento de empresas, é expressiva e influenciada pelo quantitativo populacional existente em tal região.

De modo a exemplificar essa diferença, o ano de 2018 foi aquele em que menos empresas foram abertas na Mesorregião Metropolitana de Curitiba, representando a quantia de 35.743 novas empresas. A segunda mesorregião a destacar-se por criar novas empresas foi a mesorregião Norte Central Paranaense, no ano de 2019, ou seja, aquele em que mais empresas foram criadas no estado, a mesorregião teve o quantitativo de 7.531 novas empresas. Esse valor significa aproximadamente 20% das empresas abertas em 2018 na Mesorregião Metropolitana de Curitiba.

Na Mesorregião Metropolitana de Curitiba, podem ser realizadas atividades que fomentem a continuidade das empresas, contemplando diferentes características, como questões econômicas voltadas à formação para a sucessão da gestores, neste último caso, principalmente, para empresas familiares. E, nas demais mesorregiões, as atividades devem contemplar o estímulo ao empreendedorismo e à manutenção das empresas no longo prazo. Essas atividades podem favorecer a permanência das pessoas nos municípios e o desenvolvimento local.

Além disso, como a região que mais teve aumento de novas empresas é também a região com maior tamanho populacional, acredita-se que haja a necessidade de investimentos nos pequenos municípios, para que estes criem condições para geração de receitas próprias, por meio de ações empreendedoras, as quais aumentem a geração de empregos e a renda às localidades, principalmente, se observado que os municípios com menor quantitativo populacional obtiveram os resultados mais baixos no IFGF, indicando, assim, a fragilidade da gestão fiscal.

Esse indicativo pode ser utilizado para estimular novos estudos, os quais identifiquem as características das estruturas urbanas existentes nestas localidades e legislações que possam ser melhoradas como medidas para o incentivo ao empreendedorismo.

Os resultados identificados em relação à correlação existente entre o empreendedorismo, o desenvolvimento econômico e a gestão fiscal já eram esperados e podem ser associados a ciclos virtuosos ou viciosos de desenvolvimento. Desse modo, fomentar o empreendedorismo pode influenciar o desenvolvimento do município, devido à geração de emprego e renda. Assim como a gestão fiscal, associada ao aumento de recursos próprios – capazes de serem utilizados para melhorias na saúde e educação, bem como outras questões necessárias à atração de novos empreendimentos e qualidade de vida das pessoas –, as parcerias público/privada podem ser benéficas para que se rompam ciclos viciosos e implementem-se ciclos virtuosos.

REFERÊNCIAS

- AHUAJI FILHO, M. A. S. A.; RAIHER, A. P. Padrão tecnológico da indústria paranaense e o crescimento econômico. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 9, n. 2, p. 96-119, maio/ago. 2013.
- ALBAGLI, S. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. *In*: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (ed). **Globalização & inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul**. Brasília, DF: IBICT/MCT, 1999. p 181-198.
- ALVAREZ, F. E.; ARGENTE, D.; LIPPI, F. A simple planning problem for COVID-19 lockdown. **NBER Working Paper**, [s. l.], n. 26981, p. 1-35, Apr. 2020.
- AMARAL FILHO, J. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 261-286, 2001.
- BACELAR, S. D.; TEIXEIRA, R. M. Produção científica sobre empreendedorismo no Brasil: estudo bibliométrico das publicações em periódicos e eventos entre 2008 e 2014. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMOS E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 9., 2016, Passo Fundo. **Anais [...]**. Passo Fundo: EGEPE, 2016. p. 1-16.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento econômico e revolução capitalista**. São Paulo: FGV, 2008. (Texto para discussão 170).

BRUTON, G. D.; AHLSTROM, D.; LI, H. Institutional theory and entrepreneurship: where are we now and where do we need to move in the future? **Entrepreneurship Theory and Practice**, [s. l.], v. 34, n. 3, p. 421-440, 2010.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília, DF: INCRA, 1999.

CANEVER, M. D.; KOHLS, V. K.; MACHADO, M. Y. T. M.; CARRARO, A. Entrepreneurship in the Rio Grande do Sul, Brazil: the determinants and consequences for the municipal development. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 48, n. 1, p. 85-108, 2010.

CHAVES, F. R. D.; BERTASSI, A. L.; SILVA, G. M. Compras Públicas e Desenvolvimento Local: micro e pequenas empresas locais nas licitações de uma universidade pública mineira. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 77-101, 2019.

COHEN, J. **Statistical power analysis for the behavioral sciences**. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1988.

DVOULETÝ, O. Can policy makers count with positive impact of entrepreneurship on economic development of the Czech regions? **Journal of Entrepreneurship in Emerging Economies**, [s. l.], v. 9, n. 3, 2017.

FÉLIX, R. D. C.; FARAH JÚNIOR, M.F. Empreendedorismo e desenvolvimento nos municípios paranaenses - uma análise dos indicadores. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 104-117, 2013.

FIRJAN. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal Dados Consolidados. **Federação das Indústrias do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2022a. Disponível em: www.firjan.org.br/ifdm. Acesso em: 10 maio 2022.

FIRJAN. Índice Firjan Gestão Fiscal Dados Consolidados. **Federação das Indústrias do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2022b. Disponível em: www.firjan.org.br/ifgf. Acesso em: 10 maio 2022.

FIRJAN. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – Dados Consolidados 2018 – Ano Base 2016. **Federação das Indústrias do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: www.firjan.org.br/ifdm. Acesso em: 15 out. 2023.

FOMENTO PARANÁ. Institucional. **Fomento Pará**, Curitiba, 2018. Disponível em: <http://www.fomento.pr.gov.br/>. Acesso em: 03 out. 2022.

GEM. **Empreendedorismo no Brasil: Relatório Executivo**, 2007. [S. l.]: Global Entrepreneurship Monitor, 2020.

GRIN, E. J. *et al.* **Desenvolvimento de políticas públicas de fomento ao empreendedorismo em estados e municípios**. São Paulo: FGV/EAESP, 2012.

HÖFLING, E. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, ano XXI, n. 55, p. 30-41, 2001.

IBGE. Malhas municipais. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15774-malhas.html>. Acesso em: 18 jun. 2022.

IBGE. Cidades@. Paraná. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/historico>. Acesso em: 14 out. 2022.

IFDM. IDFM. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em: 18 jun. 2022.

IFGF. IFGF. **Índice Firjan de Gestão Fiscal**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>. Acesso em: 18 jun. 2022.

IPARDES. Base Cartográfica. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**, Curitiba, 2019. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/mesorregioes_geograficas_base. Acesso em: 02 out. 2022.

JUCEPAR. Relatórios Estatísticos. **Junta Comercial do Paraná**, Curitiba, 2022. Disponível em: <https://www.juntacomercial.pr.gov.br/>. Acesso em: 19 jun. 2023

KASSEEAH, H. Investigating the impact of entrepreneurship on economic development: a regional analysis. **Journal of Small Business and Enterprise Development**, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 896-916, 2016.

LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L. Política e reformas fiscais no Brasil recente. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 50-72, 2004.

MEDEIROS, A. L.; SANTOS, L. B.; ANDRE, C. M. G. Desenvolvimento Municipal das Microrregiões do Estado do Tocantins: uma análise a partir do índice Firjan de desenvolvimento municipal. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 16, n. 45, p. 44-62, 2019.

MIGLIORINI, S. M. S. Indústria paranaense: formação, transformação econômica a partir da década de 1960 e distribuição espacial da indústria no início do século XXI. **Revista Eletrônica Geografar**, Curitiba, v. 1, n. 1, p.62-80, jul./dez. 2006.

NOGAMI, V. K. C.; MEDEIROS, J.; FAIA, V. S. Análise da evolução da atividade empreendedora no Brasil de acordo com o Global Entrepreneurship Monitor (GEM) entre os anos de 2000 e 2013. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas**, [s. l.], v. 3, n. 3, p. 31-76, 2014.

OLIVEIRA, B. G.; LIBONI, L. B. CALIA, R. C. Regiones productoras de caña de azúcar tienen mejor desarrollo socioeconómico? Un estudio utilizando el “Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). **Revista de Globalización, Competitividad y Gobernabilidad**, Madrid, vol. 8, n. 1, p. 107-123, 2014.

OLIVEIRA, D. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, N. M.; PIFFER, M. Determinantes do perfil locacional das atividades produtivas no Estado do Tocantins. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 36, n. 1, p. 92-111, 2018.

PEREIRA, R. M.; BORINI, F.; FISCHMANN, A. A. Estilo cognitivo e as dimensões do processo de estratégia em micro e pequenas empresas. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas**, [s. l.], v. 6, n. 3, p. 525-552, 2017.

REZENDE, A. A.; MARCELINO, J. A.; MIYAJI, M. A reinvenção das vendas: as estratégias das empresas brasileiras para gerar receitas na pandemia de Covid-19. **Boletim de Conjuntura**, Boa Vista, v. 2, n. 6, p. 53-69, 2020.

REZENDE, M. L.; FERNANDES, L. P. S.; SILVA, A. M. R. Utilização da análise fatorial para determinar o potencial de crescimento econômico em uma região do sudeste do Brasil. **Revista Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, RS, n. 19, p. 92-108, 2007.

RIBEIRO, V. H.; RIBEIRO, P. S. Considerações sobre a industrialização paranaense e novas dinâmicas em pequenas cidades. **Geoinfórmula**: revista do programa de pós-graduação em geografia, Maringá, v. 2, n. 1, p. 69-90, 2009.

ROCHA, R. T.; RODRIGUES, L.; GALINA, S. V. R.; KRAUTER, E. Empreendedorismo e Desenvolvimento Socioeconômico: Estudo com Municípios do Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 17, n. 1, p. 363-376, 2020.

ROMÁN, C.; CONGREGADO, E.; MILLÁN, J. M. Start-up incentives: Entrepreneurship policy or active labour market programme? **Journal of Business Venturing**, [s. l.], v. 28, n. 1, p. 151-175, 2013.

SANTOS, D. C. L. P.; LEITE, E. F.; FONSECA, S. M. M. Políticas públicas de fomento ao empreendedorismo no Estado do Pernambuco. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, ano 12, n. 28, p. 144-169, 2014.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1997.

SEBRAE. Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira. **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**, São Paulo, 2014. Disponível em: [https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD?utm_source=blog&utm_campaign=rc_blogpost#:~:text=As%20micro%20e%20pequenas%20empresas,empresas%20\(24%2C5%25\)](https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD?utm_source=blog&utm_campaign=rc_blogpost#:~:text=As%20micro%20e%20pequenas%20empresas,empresas%20(24%2C5%25)). Acesso em: 10 abr. 2022.

SEBRAE. Empreendedorismo: você sabe mesmo o que significa? **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://cer.sebrae.com.br/blog/empreendedorismo/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SOUZA, C. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 24, p. 105-121, 2005.

RINTIN, J. G. **A nova economia paranaense: 1970-2000**. Maringá: Eduem, 2006.

Submissão: 18/10/2022 • Aprovação: 30/10/2023

